



ATA Nº 11/2022

Aos 18 dias do mês de julho de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da terceira sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Isabel Maria Pinhal Resende e por Rosa Martins Freitas Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos:

3. Designação de Cidadão Eleitor para representação da Assembleia Municipal na CPCJ de Espinho;
5. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
6. Deliberar sobre a adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Espinho e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho
7. Aprovar as atas;
8. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida e da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Rui Manuel Martins Fidalgo, João Humberto Santos Cunha Bastos por António Marques Azevedo, Guilhermino Pedro de Sousa Pereira por Fernanda Maria Guedes Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto por Manuel Cardoso Pereira, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Jorge Manuel de Oliveira Carvalho e do Presidente

da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira por Pedro Nuno Oliveira Tavares. Faltou, por motivo justificado, o Presidente da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto.

A reunião começou com uma exposição de Joana Vieira de Sá, na qualidade de Presidente e fundadora da Associação Mar Animais que referiu que a associação tinha sede na freguesia de Cortegaça, concelho de Ovar e que o abrigo dos animais estava situado na freguesia de Paramos, Concelho de Espinho, devidamente registado no ICNF. Que, tendo apresentado um projeto de arquitetura à Câmara Municipal recebeu resposta de indeferimento pelo que solicitou que a Câmara Municipal os ajudasse a ultrapassar as questões burocráticas do processo.

Presidente CME pediu a palavra para dizer que teria todo o gosto em receber a Presidente da Associação e aprofundar a decisão tomada que naturalmente se prendia com questões técnicas numa zona que estava a ser alvo de uma grande intervenção.

Presidente da AM propôs a suspensão dos trabalhos para reunir com a Comissão Permanente antes de iniciar a discussão do ponto 3. Designação de Cidadão Eleitor para representação da Assembleia Municipal na CPCJ de Espinho.

Retomada a reunião, deu a palavra ao vogal Jorge Carvalho (CDU) que apresentou a seguinte proposta: "Proponho para representação desta Assembleia Municipal na CPCJ de Espinho a seguinte cidadã eleitora Prof. Maria do Pilar Pinto Bastos Moreira Gomes, lecciona há 5 anos no agrupamento de escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida, principalmente na Escola Básica Domingos Capela (Silvalde). Tem sido diretora de turma nesta escola, com responsabilidades inerentes ao cargo e interagindo sempre de muito perto e sistematicamente com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). Esteve na coordenação da escola, desenvolvendo projetos sociais e de apoio



aos alunos carenciados. Fez ainda parte de um conjunto de professores de apoio a alunos sinalizados pela CPCJ durante os confinamentos, transformando a instituição numa escola de acolhimento a estas crianças.”.

Presidente AM referiu que não foi apresentada mais nenhuma candidatura passando, de imediato, à votação da proposta por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada com 21 votos a favor e 3 abstenções.

Ponto 5. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.

Jorge Carvalho (CDU): “Proposta (Espinhenses Seniores): Os dados da PORDATA de 2009, 2017 e 2019 são claros: o Concelho de Espinho tem valores de envelhecimento da população em crescimento permanente e uma constante diminuição geral da sua população jovem e da população activa. As respostas estruturais que poderiam contrariar esta já longa e preocupante tendência foram e são inexistentes, Espinho está a terminar uma reabilitação urbana estrutural, cujo objecto central são as ciclovias. Esta profunda alteração da cidade veio criar mais problemas à faixa etária sénior, a maioria dos espinhenses: para além da óbvia impossibilidade de usufruto da bicicleta como meio de locomoção do dia-a-dia, o atravessamento das múltiplas vias, a redução por vezes anacrónica de passeios, o aumento de obstáculos e mudanças de nível agora existentes, o não-preparado e indisciplinado aparecimento das trotinetas fizeram aumentar os riscos de locomoção pedestre acidentada, o medo de sair de casa. Sem prejuízo de outras reflexões e medidas acerca da actual reabilitação urbana, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de Junho de 2022, propõe à Câmara Municipal de Espinho: 1. A melhor e mais urgente atenção para com os seniores espinhenses – faixa etária maioritária no Concelho –, facilitando-lhes, em geral, o seu dia-a-dia e proporcionando-lhes a qualidade de vida que merecem; 2. A criação de um sistema de transportes confortáveis, eficazes, “limpos” e bem organizados, que proporcione aos nossos seniores a mobilidade concelhia exigível nos tempos de hoje num município como Espinho; 3. A implantação em múltiplos locais apropriados e bem distribuídos pelo Concelho, de aparelhos para exercício físico ao ar livre, de utilização gratuita, a exemplo do que já se pratica em muitos outros municípios desde há longo tempo.”

Teixeira Lopes (PS) disse que todos aqueles que já ultrapassaram os 50, 60 anos ou até os mais novos com dificuldades de locomoção, reconheciam que as

transformações sob o ponto de vista urbano que Espinho sofreu representavam dificuldades, pelo que considerava que a Câmara Municipal devia tomar em atenção aquela matéria e que o PS votaria a favor daquela proposta.

João Matos (BE) disse que dava inteiro suporte à proposta da CDU, que não devia passar com simplismo e que continha 3 disposições gerais que mereciam debate de fundo. Acreditava que para a melhor e mais urgente atenção para com os seniores espinhenses, tinham à cabeça, a especulação imobiliária, a crise na habitação, a perda continuada de serviços públicos e a inexistência de mobilidade segura, cómoda rápida, frequente e tendencialmente gratuita. Que não se podiam exigir políticas de velhice mais generosas e mais atentas desligadas de alguns factos. Que, segundo os censos de 2021, a população com mais de 65 no concelho de Espinho era de 23.4%, sendo que em Espinho eram quase 9 mil pessoas, constituindo o índice de envelhecimento mais elevado de toda a AMP, 30%. Que o aumento da esperança média de vida era algo muito bom e o que era negativo era a diminuição da natalidade, consequência da precariedade, dos salários baixos, da crise na habitação, crónica em Espinho, e da falta de creches a preços ajustados aos salários e também da imigração. Que esta conexão com quem iniciava a sua vida era importante porque a ansiedade no início da vida social dos mais jovens, encontrava uma provável correspondência na angústia do fim da vida social dos mais velhos. Que, ao aumento da esperança média de vida não correspondeu a dignidade devida a quem trabalhou toda uma vida, a quem construiu o país, a quem criou as gerações futuras e contribuiu para a sua educação, suportou e lutou contra uma ditadura e uma guerra que teve consequências para muitos, morte, deficiências para toda a vida. Que os mais velhos viviam com pensões miseráveis, como eram miseráveis os seus salários. De acordo com a PORDATA, comparando o ano de 1974 e o ano de 2020, e descontando o efeito da inflação, as pensões mínimas de velhice e de invalidez do regime geral da Segurança Social passaram de 260€ para 268€. Que a taxa de risco na pobreza, percentagem de rendimentos inferiores a 540€ mensais em 2021 antes das transferências sociais, era, em 2020, de 88.3% e 17.5 depois das transferências sociais. Que em 2021 aquela taxa das transferências sociais agravou-se depois para 20.1%, portanto em tempo de pandemia. Que o valor do metro quadrado em Espinho, 2 200€/m², era o terceiro mais elevado da AMP. Perguntou se aquelas gerações estavam condenadas a viver da caridade, a terem de ver as suas vidas vasculhadas para terem direito à alimentação, à medicamentos por esmola de uma IPSS ou de um organismo publico. Perguntou se o estado ou o poder



local não tinha obrigação de cuidar daquela população que devia ser merecedora de respeito e consideração por um passado de sofrimento, de ausência de direitos mais elementares como saúde, habitação condigna, alimentação variada e saudável. Que não havia equipamentos sociais no concelho, sendo que eram 9 mil pessoas em idade avançada para 277 vagas em lares acreditados pela Segurança Social. Que sofria o velho que era pobre se não conhecesse o diretor de um lar sem vagas. Disse ainda que acreditava que era obrigação deles contribuir para consciencializar os mais idosos de que a situação em que se encontravam não era justa, não era justa a marginalização em que viviam, que estavam condenados a uma vida difícil depois de outra que não foi mais fácil. Que muitos deles apoiavam ainda os seus filhos e netos com baixas reformas, outros saíam dos lares porque a reforma não chegava e era necessária aos filhos e netos e não estavam imunes muitas vezes à violência doméstica de que eram vítimas. Que o BE tinha bastantes propostas a nível nacional, como a luta pela aproximação numa primeira fase das reformas e pensões que se situavam abaixo do limiar da pobreza; numa segunda fase a aproximação ao salário mínimo; que os idosos e idosas eram cidadãos e como tal deviam ser tratados. Que o Estado, o Poder Local, as autarquias deviam criar apoios domiciliários necessários que impedissem o afastamento dos idosos das suas casas, por ausência de respostas naquele âmbito. Que deviam ser apoiados os centros de dia, não para entreter as pessoas idosas com atividades infantis e alienantes, mas para contribuir para que mantenham as suas capacidades físicas e mentais. Que devia ser feita a reabilitação de habitações para que os mais velhos tivessem condições de lá viver de uma forma autónoma sempre que fosse possível. Que aquelas preocupações e princípios eram defendidos nas várias frentes de intervenção do BE, sempre numa perspetiva de solidariedade Intergeracional. Que, olhando à segunda disposição geral da proposta da CDU, sobre um sistema de transportes confortáveis, eficazes e limpos, disse que o BE também estava alinhado com aquela disposição geral e sabiam que naquela cidade eram necessários transportes integrados na escala metropolitana numa lógica de mobilidade sustentável que atenda às necessidades de quem ali vivia, trabalhava com acesso a uma rede de transportes de qualidade, cómodos tendencialmente gratuitos e cobrindo toda a cidade e não apenas o seu centro. Que pontuavam o flagrante falhanço das PPP, a começar pelas dos transportes públicos, da promessa liberal de um mundo novo, de manás, do leite e do mel. Que se viu o resultado das primeiras PPP dos transportes, carreiras suprimidas a esmo e a eito, deixando quem não dispunha de veículo próprio à sua boa sorte, ou seja, apartado de um pleno usufruto

da sua cidade. Que a velhice não podia ser um pratica insignificante da existência deles, no corolário da intervenção do Vogal Teixeira Lopes que lhes deu a conhecer que sabia que o executivo estava bastante empenhado em implementar políticas que salvaguardassem a dignidade dos mais velhos e em virtude da inexistência, durante décadas, de políticas sociais aos mais velhos dignas daquele nome, entre os impulsos hedonistas das viagens ao Brasil de José Mota e as feiras de caridade de Pinto Moreira, perguntando ao executivo qual era a sua proposta para salvaguardar a vida dos mais velhos.

Teixeira Lopes (PS) protestou dizendo que estavam a discutir uma proposta para tentar resolver os problemas que se apresentavam à terceira idade e a outros grupos sociais para transitar na cidade. Que a intervenção do vogal do BE era de grande profundidade que os levaram a viajar sobre problemas centrais do Estado, tendo a proposta da CDU sido completamente ultrapassada. Que o PS no seu programa eleitoral para as últimas eleições tinha propostas que procuravam tentar solucionar aquele problema e tinha consciência do que representava aquele grupo social, o que produziram para a riqueza nacional, para a democracia e para o bem-estar social e material da população portuguesa, pelo que tinham de estar no centro das atenções do PS, senão não eram um partido socialista. Que havia outros grupos, como os deficientes, as crianças e supunha que a proposta da CDU cobria todos. Que os obstáculos urbanos, a organização automóvel eram impedimentos que necessitavam de ser solucionados, mas que não podiam ser resolvidos de um dia para o outro. Que a comunicação entre as freguesias e a cidade era também muito importante, bem como a deslocação das pessoas das diversas freguesias para o centro de saúde por exemplo.

João Matos (BE) fez um contraprotesto dizendo que de modo algum a sua intervenção pretendeu ultrapassar a proposta da CDU. Que estavam a fazer debate político que devia ser dotado de significado e de sentido e o que foi apontado eram políticas necessárias que podiam emanar do Estado Central como também do poder local, desenvolvidas com coragem. Que lhe parecia da intervenção do vogal Teixeira Lopes, como também lhe parecia sempre do PS, que era sempre qualquer coisa na forma tentada.

Jorge Pina (PS) disse que fazia voluntariado nos lares, não para divertir, mas para divertir com dignidade. Disse que toda a vida lutou pelas condições das pessoas que



não tinham possibilidades de se defender. Pediu à Câmara que as barreiras arquitetónicas existentes, nomeadamente para os invisuais, fossem revistas porque levavam a que muitos batessem contra e que fossem implementados efeitos sonoros para atravessamento das ruas. Chamou à atenção para o perigo das crianças serem atropeladas ao saírem das diversões que existiam no RECAFE.

Alexandra Bastos (PSD) disse que desde o 25 de abril tinham feito uma longa caminhada sob o ponto de vista da mobilidade urbana e que Espinho evolui em muito, conseguindo enterrar uma linha ferroviária, rebaixamento de passeios, circulação muito mais moderado do trânsito na rua 19, em termos de velocidade. Que havia muito mais para fazer, mas que tinham conseguido trazer mobilidade para a cidade e fazer progressos. Sobre o a parte deliberativo do documento da CDU, disse que todos queriam o que lá era referido, mas não concordava com a afirmação que as pessoas idosas não pudessem andar de bicicleta e que as ciclovias eram para a juventude

Jorge Carvalho (CDU) disse que parecia que a vogal Alexandra Bastos via muitos idosos a andar de bicicleta ou de trotinete. Que aquelas eram deixadas em qualquer lado, tornando-se um obstáculo aos invisuais. Que a evolução teve e terá sempre progresso, mas pretendia-se que aquele progresso fosse acelerado. Que o enterramento da linha ferroviária teria sido ideal se tivesse apanhado o concelho todo.

Álvaro Monteiro (vice-presidente CME) esclareceu que o atual executivo acompanhava sem reserva. Que o município de Espinho tinha especificidades, com um índice de envelhecimento elevado, mas não o mais elevado da AMP, sendo que o de Vale de Cambra era mais elevado, e tinha um índice de longevidade baixo. Que o executivo subscrevia as propostas objetivas e concretas da CDU sobre a mobilidade dos idosos, mas que o problema dos idosos era muito mais abrangente. Que o executivo estava a trabalhar na elaboração do Plano Municipal de Saúde, onde os idosos eram incluídos numa comunidade que era desfavorecida. Que o Plano Municipal de Saúde tinha eixos estratégicos, que permitiriam passar da palavra à ação concreta com projetos que estavam a ser quantificados para financiamento, e que eram o eixo da saúde, coração e cérebro com 3 projetos: promoção do exercício físico e educação nutricional, a promoção do treino cognitivo e envelhecimento ativo. Que o executivo tinha lançado um inquérito aos residentes no concelho e aos inscritos nos centros de saúde do concelho para identificarem os problemas de saúde.

Paulo Leite (PSD) fez um ponto de ordem à Mesa, referindo que o vice-presidente da Câmara fez uma ação de propaganda sobre um tema que nada tinha a ver com a proposta da CDU. Que concordavam com a parte deliberativa da proposta, embora não fosse tão concreta quanto isso.

Jorge Pina (PS) protestou porque o vogal Paulo Leite não devia estar a ouvir muito bem.

Paulo Leite (PSD) contra protestou dizendo que ouvia bem e que não deixou de ser uma ação de propaganda

Álvaro Monteiro (vice-presidente CME) esclareceu que prestou uma informação na sequência do pedido ao executivo sobre o que pensava naquela matéria, sendo que o executivo pensava que era um problema que acompanhava e que existiam outros problemas para além dos elencados que deviam ser identificados e atalhados e que para se passar das palavras à ação tinha de haver medidas e propostas concretas.

João Matos (BE) disse que estavam ali numa reunião política e não técnica pelo que não se podia dissociar do protesto do vogal Paulo Leite na medida em que assistiram a mais um exercício propagandista do executivo em que ao problema das dificuldades de se ser velho naquela cidade, se contrapunha com um rol de planos e projetos que estavam unicamente relacionados com a saúde. Disse que a informação que constava do PORDATA era que o índice mais elevado de envelhecimento da população, de toda a AMP, era o de Espinho. Disse que a intervenção do vice-presidente tinha sido hermética, homeostática e fechada, categorizando todos os velhos como desfavorecidos, mas que a velhice não era um problema de saúde, era um problema do velho que tinha uma pensão que ultrapassava largamente a taxa de pobreza e que não havia plano nenhum que valesse a quem não tinha dinheiro para a carne e não podia viver na casa onde viveu sempre, fruto da especulação imobiliária que PS e PSD permitiram que triunfasse em Espinho.

Álvaro Monteiro (vice-presidente CME) fez notar que os idosos eram para eles uma preocupação, como eram os recém-nascidos e os adultos na vida ativa e a preocupação da Câmara era apresentar projetos concretos e substantivos. Que o plano teria discussão pública e pediu ao vogal João Matos que relesse os dados da PORDATA, que eram uma parte dos metadados existentes sobre a matéria. Disse que



não invocavam argumentos de autoridade que honravam sempre mais a memória do que a inteligência e por isso iriam pedir a participação pública. Finalizou dizendo que as palavras tinham modo

João Matos (BE) protestou referindo que faziam uso da palavra quando queriam, mas sob as regras do Regimento Municipal, sendo que deviam lê-lo e respeitá-lo.

Votação: aprovado por unanimidade

Declaração de voto:

Teixeira Lopes (PS): “De acordo com o seu programa eleitoral, o PS concorda com a proposta da CDU e recorda que a transformação urbana e a organização do trânsito automóvel terá de ser estudada e resolvida. Que os obstáculos urbanos e algum mobiliário urbano têm de ser adequados à terceira idade, às crianças e aos deficientes. Por último regozija-se com a preocupação mostrada pelo executivo em relação ao Plano Nacional de Saúde. Alguma ignorância sobre a matéria, alguma soberba na forma como fala, alguma inadequação em relação ao debate aqui travado e alguma vaidade, por que não afirmá-lo, em mostrar que também ele é capaz de desenvolver uma série de coisas, que face ao resultado eleitoral do Bloco, quer aqui no concelho, quer noutras regiões do país, este tipo de discurso absolutista e que procura ser único e ser o melhor não tem merecido o apoio da população.”

Ponto 6. Deliberar sobre a adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Espinho e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho

João Matos (BE) pediu ao executivo esclarecimento sobre a correção do valor de 6 210 euros feita em relação à verba anteriormente atribuída.

Presidente CME disse que tinha sido um lapso

Presidente AME disse que em 25/09/2019 participou na Assembleia que aprovou o protocolo inicial entre o Município de Espinho e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho e que, na sua intervenção, tinha recomendado que o relatório de balanço da atividade operacional, que os bombeiros tinham de entregar anualmente, fosse também enviado à Assembleia Municipal e o vice-presidente da Câmara à época, Dr. Vicente Pinto, referiu que a Câmara nada tinha a

opor ao seu envio, retirando-se do mesmo o que eventualmente pudesse conter de confidencial. Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se aquele relatório era entregue à Câmara Municipal e em caso afirmativo porque nunca tinha sido enviado à Assembleia.

Presidente CME disse que o relatório era entregue à Câmara Municipal e que era extremamente bem feito, tendo sido referido como uma boa prática por parte do Tribunal de Contas. Que a execução do protocolo estava dentro do que decorria da lei, era criterioso e detalhado e devidamente validado pelo Tribunal de Contas. Disse que se efetivamente houvesse aquela possibilidade, desde que não houvesse impedimento da proteção de dados, não teria qualquer problema em fornecer o relatório à Assembleia Municipal

Presidente AME disse que estavam a ratificar uma adenda já assinada no passado dia 21 de maio e perguntou o que tinha acontecido porque parecia-lhe ter havido uma falha uma vez que era da competência da Assembleia aprovar previamente aquela adenda

Presidente CME disse que efetivamente o assunto devia ter sido apresentado previamente à Assembleia e não foi por lapso.

Votação: aprovado com 21 votos a favor e 3 abstenções.

Declarações de voto:

Presidente da AM: "Abstive-me apesar de concordar inteiramente com os termos da adenda ao protocolo assinada, entendo que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, é minha função zelar pelo funcionamento da Assembleia e como disse no meu discurso de tomada de posse, eu nunca serei o notário da Câmara Municipal e por não ter sido cumprido o requisito formal relativamente a esta adenda, abstenho-me até por respeito à própria Assembleia Municipal".

João Matos (BE): "Somando-se à razão trazida pelo Presidente da Assembleia há também uma questão de estilo que não podia ser tolerada. Quando um vogal pede um esclarecimento acerca de uma verba e a Câmara se presta a um esclarecimento que se resigna a lapso, sem mais, não podemos de modo algum dar o aval nesta matéria."



Jorge Carvalho (CDU): "A CDU absteve-se por considerar que era um ato inútil porque veio à Assembleia a aprovação de algo que já estava previamente aprovado e decidido."

Paulo Leite (PSD): "o PSD votou favoravelmente porque concorda com a decisão, embora reconheça que tenha sido tomada à revelia da Assembleia Municipal, numa falta de respeito pela Assembleia, não podendo deixar de parabenizar o Presidente da Assembleia Municipal pela sua intervenção e de fazer vincar que era um órgão fiscalizador e a Câmara não podia estas coisas, nem que fosse por lapso. Deixava ali apoio aos bombeiros e foi por esse facto que votaram favoravelmente."

Presidente CME disse que concordava com a intervenção do Presidente da Assembleia e que o que foi assinado foi a intenção de celebrar o protocolo, não obstante de que devia ter sido apresentado previamente. Que não teve consequência alguma porque ainda não tinha sido efetuado nenhum pagamento. Sobre o valor disse que foi um lapso dos serviços e que não havia outra explicação

João Matos (BE) fez um ponto de ordem à Mesa referindo que a discussão do ponto se extinguiu com a deliberação do mesmo.

Ponto 7. Aprovar as atas 3/2022, 4/2022, 5/2022 e 6/2022

Aprovadas por unanimidade dos presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

Ponto 8. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal

João Matos (BE) fez um ponto de ordem, referindo que todas as informações escritas tinham entrado fora do prazo regimental, considerando que era inadmissível que fosse cometido sucessivamente atropelos ao documento que os punha a todos em igual medida.

Paulo Leite (PSD) reforçou o referido pelo vogal João Matos, sendo que os documentos foram entregues fora de prazo, tendo sido colocados na plataforma no dia 9 e que a reunião realizou-se a 14, com fim de semana e feriado pelo meio. Que não houve uma única informação que não tivesse sido apresentada naquelas condições. Pediu que a

Câmara admitisse que o documento foi entregue fora de prazo, uma vez que estava a fazer menção de que não era verdade, e acrescentou que, atendendo a que acabaram por ter tido tempo de apreciar a informação, o PSD estava disponível para discuti-lo por ser importante dar a conhecer notas relevantes

Jorge Carvalho (CDU) disse que não estava em condições de discutir o documento porque o desconhecia em absoluto uma vez que entrou fora de prazo, sendo que era entendimento da Assembleia que os documentos que entravam fora de prazo não eram discutidos, passando para a próxima assembleia.

Presidente da AME disse que a informação escrita era documento obrigatório em todas as sessões ordinárias, contudo a Comissão Permanente decidiu que os documentos entrados fora de prazo regimental eram discutidos na próxima assembleia.

Paulo Leite (PSD) solicitou que fosse colocado à consideração do plenário a discussão ou não do documento naquela reunião.

João Matos (BE) disse que concordava com o Presidente da Assembleia Municipal e que a Câmara Municipal, apesar de falhar sucessivamente nos prazos, não estava desobrigada do uso daquele instrumento para seu escrutínio naquela assembleia, e de acordo com o que aconteceu na anterior assembleia, a informação escrita teria de transitar para a sessão seguinte.

Jorge Carvalho (CDU) disse que a proposta do PSD não podia ser admitida porque a assembleia não podia deliberar a perda de direitos dos vogais, sendo que contrariava o regimento e contrariava o decidido pela Comissão permanente.

Presidente CME disse que a Câmara entendia que a informação estava dentro do prazo, mas que não via qualquer problema com o que fosse decidido.

Presidente AME referiu que a Mesa não aceitava a proposta do PSD e que a informação escrita seria discutida na sessão de setembro em conjunto com a informação daquela sessão ordinária.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi dada por encerrada.



As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
